**ATA DA 25.ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**PERÍODO ORDINÁRIO**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**5ª LEGISLATURA**

Aceguá, 02 de setembro de 2019

Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às dezesseis horas e cinco minutos, no Plenário Ecesar Pintos, da Câmara Municipal de Vereadores de Aceguá, o Senhor Presidente, Vereador Dalmiro Almeida-PP, após verificar a existência de número legal deu por aberta a Sessão, solicitando à 1.ª Secretária, Vereadora Beatriz Priebe Silveira-PDT, que procedesse a chamada dos demais Vereadores, estando presentes pelo MDB: Anderson Barcelos Correa, Edmundo Pichler, Liziane Jardim e Luis Eduardo Nunes Gonçalves; pelo PSDB: Alfredo Castillos de Los Santos, Jacqueline Ferreira e Odete da Silva Ribeiro. A seguir, solicitou a leitura da Ata da Sessão anterior, que após discussão e votação foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo, solicitou a leitura do EXPEDIENTE EXTERNO onde constaram os protocolos de n.ºs 0605 a 0609, 0611 e 0612/2019. Ato contínuo, não havendo inscritos em PALAVRA NO EXPEDIENTE, o Presidente passou para EXPLICAÇÕES PESSOAIS, quando fizeram uso da tribuna os Vereadores Jacqueline Ferreira e Liziane Jardim. Posteriormente, solicitou à 1.ª Vice-Presidente, Vereadora Jacqueline Ferreira que assumisse os trabalhos para que pudesse se manifestar. Reassumindo, solicitou a leitura do EXPEDIENTE INTERNO onde constaram os requerimentos n.ºs: 0597 a 600 e 0613/2019 – Da Vereadora Jacqueline Ferreira, tendo esta, na oportunidade, solicitado a retirada de tramitação do expediente de n.º 600/2019; 0615/2019 – Das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento; 0616/2019 – Da Comissão de Finanças e Orçamento. Após, solicitou a leitura do expediente que BAIXOU PARA AS COMISSÕES TÉCNICAS, de CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA e de FINANÇAS E ORÇAMENTO: PL n.º 056/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Altera parcialmente a Lei Municipal n.º 109, de 1.º de outubro de 2002”; PL n.º 057/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Altera a nomenclatura e as atribuições do cargo público de provimento efetivo de Bioquímico, previsto no anexo I, da Lei Ordinária n.º 108, de 1.º de outubro de 2002 e, na Lei n.º 1.476, de 22 de dezembro de 2015”; PL n.º 058/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Altera a nomenclatura e as atribuições do cargo público de provimento efetivo de Fiscal de saúde e vigilância sanitária, previsto no anexo I, da Lei Ordinária n.º 108, de 1.º de outubro de 2002 e, Lei n.º 1.476, de 22 de dezembro de 2015”; PL n.º 059/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Altera o anexo II da Lei Municipal n.º 108, de 1.º de outubro de 2002”. Em continuidade, solicitou a LEITURA DE PARECER sobre o seguinte: PL n.º 054/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Concede gratificação especial”. Parecer: Voto dos relatores da CCJ e CFO: Pela Constitucionalidade, tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores. Na sequência, solicitou a leitura de projetos em tramitação, sendo: Em PRIMEIRA DISCUSSÃO: PL n.º 049/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza o Poder Executivo a proceder suplementação de dotações orçamentárias no valor global de R$97.278,18”; PL n.º 051/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor de R$22.300,00”; PL n.º 052/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Cria ação no PPA e LDO e Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor de R$24.000,00”. Em TERCEIRA DISCUSSÃO: PL n.º 027/2019 – Com Mensagem Retificativa - Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza manutenção de contrato emergencial”; PL n.º 037/2019 – Com Mensagem Retificativa - Do PODER EXECUTIVO – “Concede gratificação especial”; PL n.º 043/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza contrato por excepcional interesse público”; PL n.º 044/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Cria a função de Coordenador do Serviço de Inspeção Municipal - SIM”; PL n.º 045/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Altera parcialmente a Lei Municipal n.º 1.689, de 14 de junho de 2019; PL n.º 050/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Cria ação no PPA e LDO e Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor de R$13.500,00”. Após, havendo número legal o Presidente deu início à ORDEM DO DIA, com votação de Veto, bem como, Projetos de Leis Ordinárias, sendo: a) VETO: PROCESSO n.º 0480/2019 – Do PODER EXECUTIVO - “Veto total ao PL n.º 001/2019, de autoria dos Vereadores Jacqueline Ferreira e Luis Eduardo Nunes Gonçalves, que “Institui a isenção de cobrança de IPTU para idosos com benefício de prestação continuada, pensionistas ou aposentados”, mantido por 07 (sete) votos a 02 (dois), dos Vereadores Anderson Barcelos Correa e Liziane Jardim; b) PROJETOS DE LEIS ORDINÁRIAS: PL n.º 018/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza o Poder Executivo a promover alienação dos bens inservíveis pertencentes ao patrimônio do município ”, aprovado por unanimidade; PL n.º 026/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Altera parcialmente a Lei Municipal n.º 1.465, de 1.º de fevereiro de 2015”, aprovado de forma unânime. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aceita, vai devidamente assinada.

 Presidente Secretário (a)